

Lemgruber garante defender a soberania

ANY BOURRIER
Correspondente

PARIS — “A nossa preocupação é chegar a um acordo que não implique interferências na política econômica doméstica e que não produza lucros excessivos para os bancos. Nossa postura é firme, não admitimos redução do grau de soberania”, afirmou ontem o Presidente do Banco Central do Brasil, Antônio Carlos Lemgruber, momentos antes de se entrevistar com o Vice-Presidente do Banque de France (o Banco Central francês), Philippe Lagayette.

Lemgruber chegou a Paris ontem, procedente da cidade alemã ocidental de Frankfurt, e segue hoje para Londres, última etapa de sua viagem pela Europa.

— Estamos falando a respeito da extensão da Fase Dois da negociação da dívida brasileira. Isto se refere às linhas de curto prazo, que envolvem 190 bancos nas linhas interbancárias e 170 bancos nas linhas comerciais — disse Lemgruber.

Daquele total, confirmou o Presidente do BC, apenas oito bancos no primeiro caso e sete, no segundo, ainda não aderiram ao acordo.

— Estou convencido — afirmou — de que não teremos maiores problemas durante o período que vai até 31 de agosto, mesmo na falta de um

“Não vamos admitir mecanismos que dificultem absurdamente a execução da política monetária e fiscal do País. O assunto ainda requer discussão”

Antonio Carlos Lemgruber

acordo com o FMI, na medida em que está evidenciado, hoje em dia, para os banqueiros, que o Brasil caminha na direção certa.

O Presidente do Banco Central concordou, porém, que existem pontos de divergência entre os representantes do Governo brasileiro e os bancos americanos, no estágio atual das negociações. Referindo-se especificamente ao monitoramento da

economia brasileira, lembrou que “o Brasil sempre foi monitorado pelo FMI, pois é seu membro desde 1944”.

Comentando também o outro ponto de endurecimento do Governo brasileiro nas negociações com os bancos credores, o do relending (repasse de recursos), Lemgruber assegurou que “não vamos admitir mecanismos que dificultem absurdamente a execução da política monetária e fiscal do País”.

— Este é um assunto que ainda requer discussão com os bancos, mas também considerações de ordem doméstica. O mecanismo do relending influencia a política monetária, envolvendo decisões domésticas dos Ministros da Fazenda, do Planejamento e da Direção do Banco Central.

Voltando a falar da prorrogação do acordo com os bancos, na Fase Dois, o Presidente do Banco Central disse que os entendimentos estão quase concluídos, apesar da reticência de alguns bancos, com os quais o Brasil está negociando no momento.

— Saímos da Espanha, por exemplo, com a informação de que os bancos espanhóis vão aderir. Temos certeza de que, com os ingleses, belgas e americanos será a mesma coisa.

Perguntado sobre as recentes de-

clarações do Chanceler Olavo Setúbal, de que a negociação da dívida externa brasileira se encaminha cada vez mais para a área política, Lemgruber não negou que, desde 1982, a forma de renegociação, não só brasileira mas de outros países também, tem sido feita com a utilização de recursos extra-mercado, como foi o caso dos empréstimos jumbo de 1982 e 83.

— Mas é evidente que o objetivo final da renegociação da dívida brasileira é justamente o de criar condições para que os endividados tenham acesso novamente a créditos voluntários. Tenho confiança que ultrapassada esta fase formal de negociação com o FMI e com os bancos, quando for montado um acordo mais permanente e plurianual, o Brasil vai ter acesso a recursos voluntários no mercado internacional, tanto empréstimos de curto como de longo prazo.

Por fim, Antônio Carlos Lemgruber comentou a reação dos xanqueiros europeus em relação à nova atitude do Brasil nas negociações da dívida externa:

— O Brasil insiste agora em só assinar com o Fundo Monetário metas que sejam realistas. Já propôs um programa de ajustamento fiscal e reconhece-se que existe a necessidade de reduzir o déficit público.